



FUNDAÇÃO
Stanley Ho

RELATÓRIO E CONTAS

2016

ORGÃOS ESTATUTÁRIOS

O PRESIDENTE

Stanley Hung Sun Ho

O CONSELHO GERAL

Stanley Hung Sun Ho – Presidente

Carlos Alberto Rodrigues Beja - Conselheiro

Henrique Medina Carreira - Conselheiro

Luís de Melo Champalimaud - Conselheiro

João Costa Pinto - Conselheiro

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado – Conselheiro

Francisco Murteira Nabo - Conselheiro

Ambrose So – Conselheiro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Stanley Hung Sun Ho – Presidente

Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino – Vice-Presidente

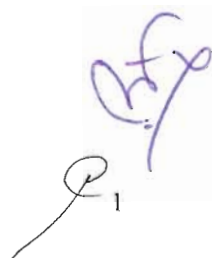
Mário José Brandão Ferreira – Vogal, designado pela Fundação Oriente

O CONSELHO FISCAL

Manuel dos Santos Almeida – Presidente

Patrick Huen – Vogal

Francisco Manuel Constantino Pinto – Revisor Oficial de Contas



**ESTRUTURA, OBJETIVOS E ATIVIDADES
DA FUNDAÇÃO**



1. INSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO

A Fundação Stanley Ho, instituída em oito de Fevereiro de 1999, é uma pessoa coletiva de direito privado, dotada de personalidade jurídica, cujos Estatutos foram publicados no Diário da República nº 53, III Série, de 4 de Março de 1999.

2. OBJETIVOS DA FUNDAÇÃO

A Fundação Stanley Ho tem por objeto a realização de ações de caráter social, cultural, educativo e filantrópico, que visem a valorização do homem e a promoção dos valores humanistas.

A Fundação desenvolverá a sua ação em todo o mundo, dando especial atenção ao território Português, privilegiando a região onde se encontra sediada e os locais de implantação dos seus investimentos.

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

3.1. No prosseguimento dos seus objetivos a Fundação, em 2016, distribuiu subsídios nas áreas da filantropia e acção social.

Em 2016, beneficiaram do apoio da Fundação as seguintes instituições e respetivos projetos:

- **AMI – Assistência Médica Internacional** – subsídio para apoiar o Centro Porta Amiga de Cascais na continuação e aprofundamento do apoio social e médico à população carenciada abrangida pelo Centro.

- **CrescerSer – Associação Portuguesa para o Direito de Menores e da Família** – Cedência da Casa e Piscina da Fundação Stanley Ho, sita em Canha, para as crianças residentes nas Casas da Cedofeita, Ameixoeira e Encosta no período de verão.
- **José Furtado Cortes** – subsídio na área da filantropia.
- **Hospital S. Francisco Xavier** - subsídio para aquisição de brinquedos para serem distribuídos pelas crianças internadas, durante a época Natalícia.
- **Hospital de Santa Maria** - subsídio para aquisição de brinquedos para serem distribuídos pelas crianças internadas, durante a época Natalícia.
- **Hospital Garcia de Orta - Almada** - subsídio para aquisição de brinquedos para serem distribuídos pelas crianças internadas, durante a época Natalícia.
- **Hospital Prisional S. João de Deus** - subsídio para aquisição de brinquedos para serem distribuídos durante a época Natalícia pelos filhos dos reclusos internados neste hospital.
- **Estabelecimento Prisional de Sintra** - subsídio para aquisição de brinquedos para serem distribuídos durante a época Natalícia pelos filhos dos reclusos deste Estabelecimento Prisional.

- **Associação Dar A Mão** - subsídio para aquisição de brinquedos, para serem distribuídos durante a época Natalícia pelos filhos das reclusas do *Estabelecimento Prisional de Tires*.
- **Associação Remar Portuguesa** - subsídio para aquisição de brinquedos para serem distribuídos pelas crianças desta Associação.
- **Grupo Dramático e Recreativo "Os Leças"** – subsídio para apoiar a organização da Festa de Natal para as crianças do Alto Seixalino.
- **Município de Vendas Novas** – Subsídio para apoiar as Festas do Concelho de Vendas Novas.
- **Grupo Sportivo Dramático de Cascais** – Subsídio para apoiar a deslocação à China de cinco jovens ginastas, apurados e selecionados para representar a selecção nacional portuguesa na "*Competição Mundial por Grupos de Idades de Ginástica Acrobática*".
- **Escola Mestre Domingues Saraiva** – Oferta de equipamento de desporto para os jovens carenciados que fazem parte da equipa de atletismo, desta instituição de ensino.

- ***Sociedade Portuguesa de Matemática*** – Subsídio para apoiar a deslocação a Hong Kong da equipa Portuguesa, apurada para representar Portugal nas “57^{as} Olimpíadas Internacionais de Matemática”.
- ***Banda Sunny Side UP*** – apoio para apresentação, no Museu do Oriente, em Lisboa, do concerto “*Tributo a Macau*”.

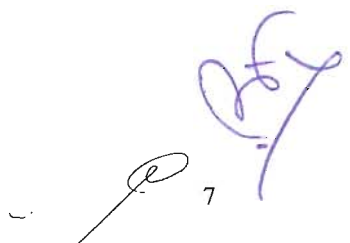
3.2. Em 2016, o valor dos ónus relacionados com a afetação aos herdeiros nomeados pelo Fundador, nos termos estatutários, não se verificaram, dado o resultado operacional da Fundação ter sido negativo.

A verba de euros 405.336, que constitui passivo da Fundação, será liquidada oportunamente aos herdeiros por terem atingido a maioridade.

A situação fiscal decorrente da regularização daqueles ónus estatutários será a que for determinada pela Autoridade Tributária quando a Fundação proceder à entrega dos montantes em questão.

**SITUAÇÃO FINANCEIRA E ECONÓMICA DA FUNDAÇÃO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

7



4. SITUAÇÃO FINANCEIRA E ECONÓMICA

4.1. SITUAÇÃO FINANCEIRA


A situação financeira da Fundação reportada a 31 de Dezembro de 2016 é revelada pelo seu Balanço da mesma data e de onde se conclui o seguinte:

4.1.1. ATIVO

A Fundação atingiu um Ativo Líquido no valor em euros de 12.392.947,03, onde se destacam as verbas correspondentes a ativos fixos tangíveis (terrenos e prédios em fase de regularização do seu registo predial), investimentos financeiros (prédios e participações financeiras), depósitos bancários, carteira de títulos mobiliários, existência de produtos acabados maioritariamente relacionados com a existência de vinhos engarrafados e a granel, ativos imobiliários detidos para venda e devedores diversos.

A carteira valores mobiliários detida pela Fundação no valor de euros 781.482,15, constituída por depósitos bancários, obrigações e ações, na proporção, respectivamente, de 27%, 53% e 20%, apresentou em 2016 uma rentabilidade positiva de 4,62%.

O resultado da carteira reflecte o comportamento positivo das obrigações, ações e depósitos a prazo. É um resultado satisfatório, dado o valor baixo de inflação na Economia Nacional.



8

Os investimentos financeiros constituídos pelas participações financeiras líquidas de imparidades, aplicações financeiras constantes da carteira de títulos, caixa e depósitos bancários atingem um montante total de euros 6.940.502 em 2016 que se compara com euros 2.679.288 em 2015.

Os ativos fixos tangíveis líquidos de depreciações e imparidades correspondentes aos terrenos, edifícios e equipamentos relacionados com o desenvolvimento de actividades agrícolas e às instalações administrativas atingem o valor de euros 2.478.513 no presente exercício, que se compara em euros 2.574.625 em 2015.

As propriedades de investimento relacionadas com edifícios e outras construções atingem o valor de euros 1.095.265, substancialmente inferior ao valor do exercício anterior, por se ter vendido os dois edifícios na Av. Luís Bívar, em Lisboa, que constituíram as instalações do antigo Hospital Particular de Lisboa.

Os investimentos financeiros atingem o valor de euros 1.304.569, inferior ao do exercício anterior e correspondem às participações financeiras no Banco Português de Gestão e nas sociedades Mundinter e Finansol.

A diferença negativa de euros 312.163 corresponde essencialmente às imparidades registadas neste exercício, relativas ao Banco Português de Gestão e à empresa Mundinter.

Os ativos não correntes detidos para venda, neste exercício apresentam o mesmo valor do ano anterior e correspondem aos valores do imobiliário decorrente dos lotes do terreno urbanizado em Valejas, Concelho de Oeiras, Distrito de Lisboa, para comercialização, que atingem o montante de euros 1.188.286. Este valor é igual ao do exercício anterior e decorre de não se terem efetuado vendas, apesar do esforço que se tem desenvolvido para se proceder à comercialização daqueles lotes.

No que se refere aos inventários, existências de produtos relacionados com as vinhas, o valor atinge neste exercício o montante de euros 204,218, inferior em euros 22.006 relativamente ao exercício anterior.

Em 2016, a rubrica Devedores Diversos, atinge o valor de euros 483.148, inferior em euros 5.210 relativamente ao ano anterior.

O montante desta rubrica reflete o valor de euros 227.810 referente às rendas dos edifícios ocupados pelo Hospital Particular que não foram liquidadas. A empresa Hopalis, proprietária do Hospital Particular apresentou-se à falência e encontra-se em situação de liquidação judicial. A Fundação foi considerada pelo Tribunal como credora da massa falida e aguarda-se o pagamento, pelo menos parcial, das referidas rendas.

A venda dos edifícios que constituíam as instalações do antigo Hospital Particular de Lisboa, foram alienados pela Fundação em 2015 por um valor de euros 5.525.000, com escritura celebrada no exercício de 2016.

4.1.2. PASSIVO

O Passivo Corrente da Fundação atinge o valor em euros de 991.304 inferior em euros 554.438 relativamente ao ano anterior, sendo representado pelas seguintes rubricas:

- O montante de euros 405.336, correspondente aos custos estatutários, respeitando a valores a afetar a fundos. Trata-se de obrigações da Fundação assumidas, nos termos dos seus estatutos, perante os herdeiros do Fundador aquando das doações de patrimónios ou entregas de fundos pelo Fundador. Este montante será entregue aos herdeiros do Fundador, conforme já foi referido no ponto 3.2 deste Relatório.
- O montante de euros 500.000,00 corresponde ao saldo em dívida de empréstimo concedido pelo Fundador para reforço da situação financeira da Fundação.
- A rubrica Credores Diversos atinge o valor de euros 84.487, inferior em euros 551,890 relativamente ao ano anterior, e corresponde às dívidas correntes com fornecedores.

4.1.3. PATRIMÓNIO LÍQUIDO

O valor da situação líquida da Fundação passou do montante de euros 14.093.550 em 2015 para euros 11.401.644 em 2016. A diminuição decorre do resultado negativo registado no exercício no valor de euros 2.691.906.

4.2. SITUAÇÃO ECONÓMICA

A situação económica da Fundação é demonstrada pelo Mapa dos Rendimentos e Gastos de onde se conclui o seguinte:

4.2.1. RENDIMENTOS

- Os rendimentos decorrentes das vendas da actividade agrícola em 2016 atingiram o valor de euros 186.042, e corresponde às vendas de mercadorias e prestação de serviços no âmbito da actividade agrícola.
- Deste valor destaca-se a venda de uva que atingiu o montante em euros de 80.291, a venda de vinho engarrafado e a granel no valor de euros 95.896, dos quais 46.700 euros correspondem a vinho engarrafado destinado à exportação para a China, Macau e Timor.

As vendas de uva e vinho, relativamente ao ano transato, apresentaram um decréscimo significativo, decorrente da diminuição das exportações e do reduzido valor de venda de vinho a granel.

Neste exercício não ocorreu a venda de cortiça o que acontecerá, previsivelmente, em 2020, com impacto muito positivo na margem comercial dos produtos agrícolas.

- A verba de receitas correspondente aos valores das rendas de imóveis, rendimentos dos investimentos financeiros e outros, que atingiram um total de euros 105.629, apresentando um aumento significativo relativamente ao ano anterior, devido a um pagamento efectuado pela Companhia de Seguros Caravela, referente a um sinistro ocorrido nos edifícios da Av. Luís Bívar, em Lisboa.
- O rendimento e o aumento do justo valor dos investimentos em instrumentos financeiros e juros dos depósitos bancários atingiu o valor de euros 107.389, obtendo-se um aumento muito elevado em relação ao exercício anterior, decorrente de uma rentabilidade de cerca de 5% da carteira de títulos mobiliários e dos juros dos depósitos bancários muito significativos, dada a elevada liquidez dos ativos da Fundação.

4.2.2. CUSTOS E OUTROS

- A despesa mais significativa neste exercício é relativa aos fornecimentos e serviços externos, refere-se à comissão da agência imobiliária que intermediou a venda dos imóveis da Av. Luís Bívar. Esta comissão atingiu o valor de euros 275.750.

- Quanto às restantes despesas, referem-se aos subsídios atribuídos no valor de euros 11.966 que compara com 10.820 concedidos em 2015 e a despesas com pessoal.

As despesas com o Quadro do Pessoal, composto por 5 elementos, igual ao ano anterior, atingem o montante de euros 137.536, valor superior em cerca de euros 4.229 em relação ao exercício anterior, dado o impacto anual da estabilização do quadro de pessoal.

As despesas com os órgãos sociais atingem o valor de euros 6.627, de montante igual ao apurado no exercício anterior, e correspondendo aos honorários com o Revisor Oficial de Contas. A administração e os restantes órgãos sociais não beneficiam de quaisquer remunerações.

- O resultado positivo decorrente do saldo das mais e menos valias da carteira de títulos, adicionado dos juros e dividendos recebidos atingiu o montante de euros 107.389 que compara com euros 25.956, alcançado pela carteira de títulos e juros de depósitos no ano anterior.

A carteira de títulos e depósitos geridos pelo Banco Português de Gestão no montante de euros 781.482 atingiu uma rentabilidade de 4.62% neste exercício, superior à alcançada no ano anterior.

Esta rentabilidade resulta das mais valias obtidas com as obrigações governamentais e de empresas, de acções e dos depósitos bancários.

- O cálculo da margem bruta das vendas da uva e do vinho, resulta do valor das vendas abatido da variação negativa das existências no final do ano e do custo das mercadorias vendidas e matérias primas consumidas.

A margem bruta obtida por aquela diferença, atinge um valor na ordem de euros 24.135, bastante inferior ao ocorrido no exercício anterior.

Conforme já mencionado, neste exercício as vendas referem-se apenas às uvas e aos vinhos, dado que não ocorreu venda de cortiça. A diminuição em cerca de 39% do volume de vendas impactou negativamente na margem bruta de vendas, contribuindo muito pouco para a cobertura das restantes despesas da Fundação.

- As rubricas de imparidades e outros gastos e perdas apresenta um saldo negativo de euros 2.236.602 e decorre significativamente no registo da perda no valor de 1.857.208 euros com a venda dos edifícios da Av. Luís Bivar e da criação de uma imparidade de euros 256.216 no investimento em acções do BPG.
- Os gastos com as amortizações no valor de euros 101.541 sofreram um aumento muito ligeiro relativamente ao ano anterior.
- Em 2016 não ocorreram custos com os herdeiros do Fundador por a Fundação ter apresentado um resultado operacional negativo, não permitindo o benefício anual.

- Neste exercício não ocorreu o imposto sobre o rendimento por o resultado ter sido negativo.

4.2.3. SALDO

O saldo de rendimentos e gastos é negativo e o seu valor atinge o montante de euros 2.691.906, muito superior relativamente ao exercício anterior.

Aquele resultado negativo decorre do seguinte:

- registo de uma perda significativa com a venda dos imóveis da Av. Luís Bívar;
- aumento significativo das imparidades com investimentos financeiros, nomeadamente a ocorrida nas ações do Banco Português de Gestão;
- contribuição pouco significativa da margem de venda da uva e do vinho.

5. PERSPETIVAS FUTURAS

No exercício de 2017 prevê-se para a Fundação um volume de vendas dos produtos da vinha superior ao exercício anterior. Estima-se um aumento da venda da uva e quanto à venda de vinho espera-se que atinja os valores do ano anterior. Não está prevista este ano a venda de cortiça, dada a sazonalidade deste produto.

O mercado nacional do vinho é de difícil penetração, apesar de se ter vindo a aumentar as vendas do vinho engarrafado através do nosso distribuidor para o mercado nacional.

Assim, prevê-se continuar a desenvolver esforços no sentido de exportar o nosso produto, cuja qualidade tem vindo a afirmar-se, mesmo que, para o efeito, se tenha de suportar alguns custos na promoção do vinho no estrangeiro.

No que se refere à venda de lotes de terreno localizados em Valejas, concelho de Oeiras, propriedade da Fundação, começa a sentir-se alguma procura deste produto, e por isso prevê-se que em 2017 ocorra a venda de alguns lotes.

No que respeita à carteira de títulos, reforçamos o seu volume em 2017 dada a elevada liquidez decorrente da venda dos edifícios na Av. Luís Bívar, em Lisboa, e esperamos que ocorra uma rentabilidade de valor idêntico ao verificado no ano 2016 que foi de cerca de 5%.

Em 2017 vai procurar-se avaliar a possibilidade de transformar o edifício sito na Rua do Salitre, em Lisboa, propriedade da Fundação, em apartamentos para colocar no mercado de arrendamento, dada a procura deste tipo de produtos nesta área de Lisboa, a preços que justifiquem o investimento. Considera-se que o imobiliário é uma opção adequada para o aumento do rendimento da Fundação resultando uma taxa de rendibilidade atractiva, com risco inferior aos investimentos em títulos mobiliários e contribuindo para a diversificação dos investimentos da Fundação com impacto positivo no risco.

Em 2017 a Fundação pretende dar continuidade ao reforço da afirmação da Instituição, junto das comunidades regionais onde se encontra sediada ou nos locais de implantação dos seus investimentos, através de distribuição de subsídios.

A Resolução do Conselho de Ministros nº 13-A/2013, publicada no Diário da República, 1ª série, de 8 de Março de 2013, com as decisões finais tomadas na sequência do Censo às fundações determinado pela Lei nº 1/2012, classificou a Fundação Stanley Ho entre as "*fundações com decisões de manutenção ou sem decisões de alteração*" mantendo-se também o seu estatuto de utilidade pública.

No entanto, a publicação da Lei-Quadro das Fundações, através da Lei nº 24/2012, de 9 de Julho, veio impor determinadas regras às fundações designadamente a reapreciação do estatuto de utilidade pública que lhes havia sido atribuído. Dando cumprimento a esta disposição legal, a Fundação Stanley Ho submeteu à Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros o pedido de confirmação do estatuto de utilidade pública tendo, em Setembro de 2013, sido notificada para audiência prévia a respeito das conclusões da instrução do processo que iam no sentido da intenção de indeferimento do pedido.

A pronúncia ao projecto de decisão deu entrada na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros em 24 de Setembro de 2013, continuando-se a aguardar o despacho com a decisão final que a tal pronúncia vier a merecer.

Em 2016 a Fundação Stanley Ho submeteu à Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros a alteração aos seus estatutos, de acordo com as exigências da atual Lei Quadro das Fundações, aguardando-se a respectiva aprovação.


Lisboa, 23 de junho de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Stanley Hung Sun Ho
Presidente



Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino
Vice-Presidente



Mário José Brandão Ferreira
Vogal

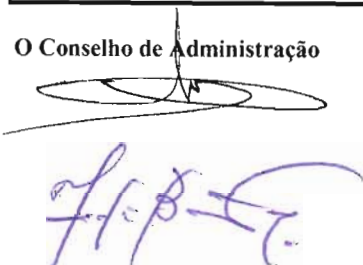
BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS E GASTOS



BALANÇO DA FUNDAÇÃO STANLEY HO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

ACTIVO	Notas	2016	2015
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos Fixos Tangíveis	4	2.478.512,74	2.574.625,38
Propriedades de Investimento	5	1.095.265,22	8.477.474,10
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos Financeiros	6	1.304.569,29	1.616.731,22
Activos Não Correntes Detidos para Venda	7	1.188.285,71	1.188.285,71
Total do Activo não corrente		6.066.632,96	13.857.116,41
ACTIVO CORRENTE			
Inventários	10	204.217,81	226.223,17
Devedores Diversos	8	483.147,88	488.358,48
Diferimentos	9	3.015,59	5.038,20
Outros Activos Financeiros	11	569.194,55	407.394,20
Caixa e Depósitos Bancários	3.1d), 12	5.066.738,24	655.161,53
Total do Activo Corrente		6.326.314,07	1.782.175,58
TOTAL DO ACTIVO		12.392.947,03	15.639.291,99
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		2016	2015
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos		551.520,83	551.520,83
Doações Diversas		18.355.523,23	18.355.523,23
Resultados Transitados	13	(4.813.494,42)	(4.482.113,36)
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais		0,00	0,00
Resultado líquido do período		(2.691.906,14)	(331.381,06)
TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL		11.401.643,50	14.093.549,64
PASSIVO CORRENTE			
Valores a Afectar a Fundos	14	405.336,31	405.336,31
Financiamentos Obtidos	15	500.000,00	500.000,00
Diferimentos	16	1.480,17	4.029,00
Credores Diversos	17	84.487,05	636.377,04
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE		991.303,53	1.545.742,35
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		12.392.947,03	15.639.291,99

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado

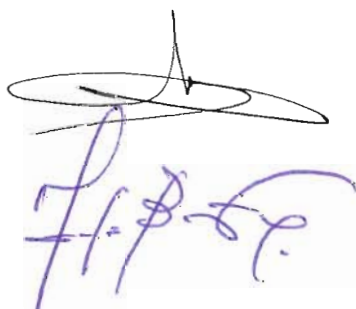


DEMONSTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS E GASTOS DA FUNDAÇÃO STANLEY HO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2016	2015
Vendas e Serviços Prestados	3.1 e), 18	186.042,11	302.729,66
Subsídios, doações e legados à exploração			
Variação nos inventários da produção	20	(22.005,36)	(45.419,13)
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	(130.045,76)	(166.928,99)
Fornecimentos e serviços externos	22	(450.649,04)	(94.879,04)
Custos Estatutários	21		
Subsídios Atribuídos	21	(11.965,96)	(10.820,24)
Gastos com o pessoal	23	(137.536,47)	(133.307,15)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)		(252.099,36)	(107.128,03)
Aumentos/reduções de justos valor	24	13.642,54	5.751,14
Outros Rendimentos e Ganhos	25	105.628,69	25.200,81
Outros Gastos e Perdas	26	(1.984.503,00)	(17.239,02)
Resultado antes de depreciações, gastos de financ. E impostos		(2.683.491,61)	(242.039,99)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(101.450,97)	(100.754,25)
Resultado operacional (antes de gastos de financ.e impostos)		(2.784.942,58)	(342.794,24)
Juros e rendimentos similares obtidos	27	93.746,07	20.205,32
Juros e gastos similares suportados	28	(709,63)	(8.792,14)
Resultado antes de impostos		(2.691.906,14)	(331.381,06)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(2.691.906,14)	(331.381,06)

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado




**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE AO
EXERCÍCIO DE 2016**

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores,

1. Nos termos legais e estatutários e no desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal da **FUNDAÇÃO STANLEY HO**, examinou o relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Rendimentos e Gastos e o respetivo anexo, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e, consequentemente, vem submeter à vossa apreciação o seu relatório e parecer.
2. No decurso do exercício acompanhámos com regularidade a atividade da Fundação e a sua gestão, tendo recebido do Conselho de Administração e dos Serviços todos os esclarecimentos sobre a gestão da Fundação no ano 2016.
3. Durante o exercício verificámos com regularidade os livros, os registos contabilísticos, os documentos que lhes servem de suporte e demais documentação, contabilizados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e, constatamos a observância da lei e dos estatutos.
4. Tomámos conhecimento do conteúdo da Certificação Legal de Contas e do Relatório Anual emitidos, nos termos da lei em vigor, pelo membro que exerce funções na qualidade de Revisor Oficial de Contas, documentos que merecem a nossa concordância.
5. O relatório do Conselho de Administração está elaborado em conformidade com as disposições legais, explicita e complementa as peças contabilísticas e dá relevo aos aspetos mais importantes da actividade da Fundação e da sua gestão.
6. Em nossa opinião, o Relatório, o Balanço, a Demonstração dos Rendimentos e Gastos, o Anexo, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação patrimonial e financeira e dos resultados da Fundação e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.



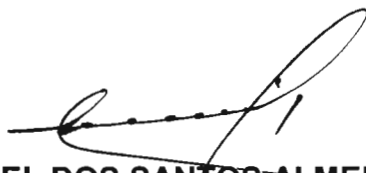
PARECER

7. Com base no relatório exposto, somos de parecer que:

- Sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Contas.

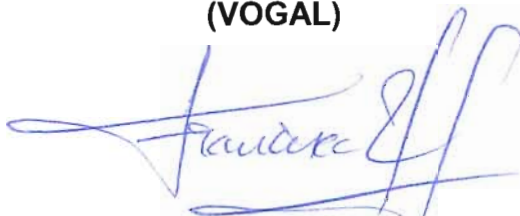
Lisboa, 4 de Julho de 2017

O CONSELHO FISCAL



**MANUEL DOS SANTOS ALMEIDA
(PRESIDENTE)**

**PATRICK HUEN
(VOGAL)**



**FRANCISCO MANUEL CONSTANTINO PINTO
(REVISOR OFICIAL CONTAS N° 694)**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS / RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditei as demonstrações financeiras anexas de **FUNDAÇÃO STANLEY HO**, que compreendem a demonstração da posição financeira / o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 12.392.947,03 euros e um total de fundos patrimoniais de 11.401.643,50 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.691.906,14 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Na minha opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **FUNDAÇÃO STANLEY HO** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A minha auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. A minha responsabilidade nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Sou independente da Entidade nos termos da lei e cumpro os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estou convicto de que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião.

Responsabilidade do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identifiquei e avaliei os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebi e executei procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtive prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtive uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliei a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Conclui sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se conclui que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do meu relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliei a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comuniquei com os encarregados de governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A minha responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, sou de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identifiquei incorreções materiais.

Lisboa, 4 de Julho de 2017



Francisco Manuel Constantino Pinto
Revisor Oficial de Contas n.º 694

**ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO
EXERCÍCIO DE 2016**

**Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados referente ao
exercício de 2016**

1. Nota introdutória

A Fundação tem a sua sede social na Av. Infante D. Henrique, nº 65 e foi constituída em 8 de Fevereiro de 1999 e tem como atividade principal a realização de ações de carácter social, cultural, educativo e filantrópico.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras


a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras da Fundação foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data da transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



1

c) Regime do acréscimo

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Outras Contas a receber", "Outras contas a pagar" e "Diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Ao ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os "Impostos diferidos" são classificados como ativos ou passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substancia contratual independentemente da forma legal que assumam.

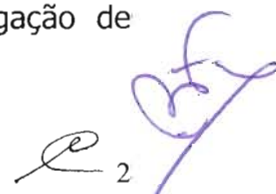
g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo as demonstrações financeiras.

h) Derrogações das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.



2

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que os Administradores formulem julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes


a) Ativos fixos intangíveis

O único ativo fixo intangível encontra-se registado ao custo de aquisição e está totalmente amortizado.

b) Impostos sobre o rendimento do período

A Fundação encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa geral.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos (10 anos para a segurança social, até 2000 inclusive, e 5 anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.



3

c) Clientes e Outros valores a receber (Devedores diversos)

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" (devedores diversos) não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuindo de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na demonstração de resultados na rubrica "Imparidades de dividas a receber", para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

d) Caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa.

Esta rubrica inclui Caixa e Depósitos À Ordem em bancos.

e) Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e pelas prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Fundação reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Fundação obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do redito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Fundação baseia as estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

4. Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

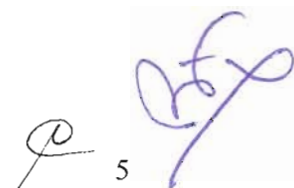


4

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	2 914 918	2 914 918
Edifícios e outras construções	2 354 041	2 350 030
Equipamento básico		
Equipamento transporte	421 118	421 118
Equipamento administrativo	12 520	12 520
Equipamento biológico	194	194
Outros activos fixos	400 027	398 699
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	- 101 451	- 100 754
Depreciação acumulada de períodos anteriores	-3 522 854	-3 422 100
	-3 624 305	-3 522 854
Valor líquido contabilístico	2 478 512	2 574 625

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2016 são analisados como segue:

(valores em euros)				(valores em euros)			
Descrição	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Activos classificados como detidos para venda	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:							
Terrenos e recursos naturais	2 914 918	-					2 914 918
Edifícios e outras construções	2 350 030	4 011					2 354 041
Equipamento básico	-						-
Equipamento de transporte	421 118	-					421 118
Equipamento administrativo	12 520	-					12 520
Equipamentos biológicos	194						194
Outros activos fixos tangíveis	398 699	1 328					400 027
	6 097 479	5 339	-	-	-	-	6 102 818
Depreciação acumulada e imparidade							
Terrenos e recursos naturais	(911 096)	(283)					(911 379)
Edifícios e outras construções	(1 855 575)	(83 370)				-	(1 938 945)
Equipamento básico							
Equipamento de transporte	(344 769)	(12 053)		-			(356 822)
Equipamento administrativo	(12 520)	(1 091)				-	(13 611)
Equipamentos biológicos	(194)						(194)
Outros activos fixos tangíveis	(398 700)	(4 655)				-	(403 355)
	(3 522 854)	(101 452)	-	-	-	-	(3 624 306)
Total	2 574 625						2 478 512

5

5. Propriedades de investimento

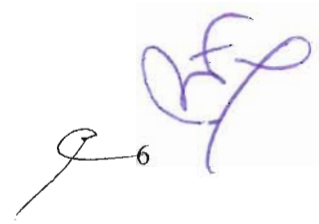
Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Activo não corrente		
Edifício e outras construções		
Quinta do Conde em Colares	448 948	448 948
Av. Luis Bivar, nº26	-	3 990 383
Av. Luis Bivar, nº30	-	3 391 826
Predio na Rua Salitre	646 317	646 317
Total	1 095 265	8 477 474

6. Investimentos Financeiros

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Investimentos Financeiros		
Participações de capital		
Banco Português de Gestão	1 319 470	1 319 470
Mundinter	6 686	66 860
Finansol, SGPS, SA	277 332	277 332
Empréstimos concedidos		
Mundinter	64 195	64 195
Outros Investimentos		
FCT (Fundo Compensação)	231	120
Perdas por imparidade		
Banco Português de Gestão	(363 345)	(107 128)
Mundinter	-	(4 117)
Total	1 304 569	1 616 732

7. Ativos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Ativo não corrente		
Prédio Valejas	1 188 286	1 188 286
Total	1 188 286	1 188 286

8. Devedores Diversos

A rubrica de devedores diversos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Devedores Diversos		
Cientes	140 610	178 674
Rendas a receber		
Outros devedores e credores	267 347	254 171
Estado e outros entes publicos	75 190	55 513
Total	483 148	488 358

9. Diferimentos Ativo Corrente

A rubrica diferimentos é analisada como segue:

	31-12-2016	31-12-2015
Activo Corrente		
Diferimentos		
Seguros	3 016	5 038
Comissão garantia	-	-
Diversos	-	-
Total	3 016	5 038




7

10. Inventários

A rubrica de inventários é analisada como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Produtos acabados		
Armazem Vale Cebolas	123 324	84 685
Armazem Colares	80 894	141 538
Total	204 218	226 223

11. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Activos Financeiros		
BPG		
Obrigações	410 508	103 070
Acções	158 687	304 324
Total	569 195	407 394

12. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Caixa	223	256
Depósitos à ordem	26 516	29 906
Depósitos a prazo-BPG	5 040 000	625 000
Total	5 066 739	655 162





8

13. Resultados transitados

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido negativo do exercício anterior no montante de -331.381,06 euros. A rubrica de resultados transitados inclui igualmente prejuízos de exercícios anteriores.

14. Valores a afetar a fundos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:


Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Valores a afectar a fundos	405 336	405 336
Total	405 336	405 336

Estes valores estão afetos aos filhos do Dr. Stanley Ho através da escritura de doação.

15. Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Dr. Stanley Ho Conta caucionada BPG	500 000	500 000
Total	500 000	500 000

9

16. Diferimentos Passivo Corrente

A rubrica diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Diferimentos		
Rendimentos a reconhecer		
Rendas	1 480	4 029
Total	1 480	4 029

17. Credores Diversos

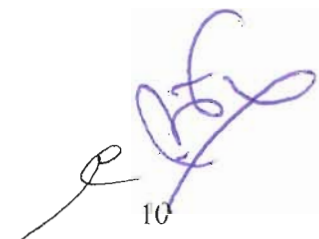
A rubrica "Credores diversos" em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 tinha a seguinte composição:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Credores Diversos		
Fornecedores	23 634	169
Remunerações a liquidar	15 614	15 614
Outros credores por acrescimo	6 996	10 270
Outras contas a pagar	33 116	605 298
Estado e outros entes publicos	5 127	5 025
	84 487	636 377

18. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Vendas	174 543	297 802
Serviços prestados	11 499	4 928
	186 042	302 730

10

19. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Esta rubrica é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	Mercadorias	Matérias Primas e Matérias Subsidiárias	Embalagens
1 Inventários iniciais			
2 Compras	0	125 613	4 432
3 Reclassificação e regularização de inventários			
4 Inventários finais			
5 CMVMC (5=1+2+3-4)	0	125 613	4 432

20. Variação nos inventários da produção

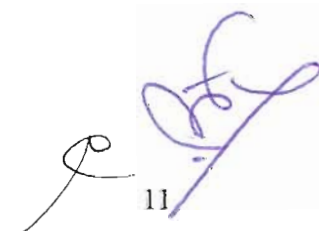
Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	Produtos acabados
1. Inventários iniciais	226 223
2. Inventários finais	204 218
Variação da produção (2-1)	-22 005

21. Subsídios atribuídos e Custos Estatutários

Os custos estatutários não se alteraram porque houve prejuízo no presente exercício, como se exemplifica nos cálculos abaixo:

Os subsídios e os custos estatutários analisam-se da seguinte forma:

CUSTOS ESTATUTÁRIOS 2016

	Doações	%	R.Operacionais
Dr. Stanley Ho	16 955 241,88	92%	-317 159,76 (A)
Fundação Oriente	1 397 781,35	8%	-26 146,49
TOTAL	18 353 023,23	100%	-343 306,25 (B)

Custos Estatutários (A) x 25%

-79 289,94

MÁRIO HO YAU KWAN (1995)

-26 429,98

ALICE HO CHIU YAN (1999)

-26 429,98


TOTAL

-52 859,96

NOTA:

(B) = Total Rendimentos (C/71+C/72+C/73+C/77+C/78+C/79)–CMVMC (C/61)–FSE(C/62-custos estatutários) - Gastos Pessoal Gastos Pessoal (C/63) - Gastos Financeiros (C/66+C/6886)

176186,15+9855,96-22005,36+87899,88+105628,69+93746,07-
130045,76-450649,04-137536-74257-2129,84


Custos Estatutários e Subsídios

Rubricas	2016	2015
1. Custos estatutários com herdeiros	0,00	0,00
2. Subsídios	11 965,96	10 820,24
Grupo "Os Leças" - Alto Seixalinho	150,00	200,00
Hospitais Publicos, Estabelec. Prisionais e Assoc. Dar a Mão	1 488,96	1 620,24
Fundação AMI	2 000,00	2 000,00
Município Vendas Novas	1 845,00	2 500,00
José Fortunato Cortes	2 250,00	2 250,00
APAM_Cancro da Mama	0,00	250,00
David & Golias - Cinema e Produção Audiovisuais	0,00	500,00
12ª Conferência Clean Air	0,00	500,00
Rogério Beltrão Coelho	0,00	1 000,00
Grupo Sportivo Dramático Cascais	2 500,00	
Escola Mestre Saraiva	732,00	
Sociedade Portuguesa de Matemática	500,00	
Patrocínio " Apoio Concerto Tributo a Macau"	500,00	
	11 965,96	10 820,24

Neste exercício, como a Fundação Stanley Ho teve prejuízo não existe lugar a imputação dos custos estatutários a atribuir aos herdeiros atribuir aos herdeiros da Fundação, como se pode verificar nos cálculos e na tabela acima.

22. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:



FUNDAÇÃO
Stanley Ho

Descrição	2016	2015
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	354 910	11 829
Publicidade e propaganda	100	68
Honorários	28 022	9 104
Conservação e reparação	26 458	23 675
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 546	1 316
Material de escritório	2 804	982
Energia e fluidos:		
Electricidade	703	1 892
Combustíveis	6 977	6 389
Água	177	257
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	1 550	1 580
Serviços diversos:		
Comunicação	4 070	2 838
Seguros	7 493	20 618
Limpeza, higiene e conforto	2 685	5 041
Outros serviços	25 120	9 291
	462 615	94 879

23. Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	6 627	6 627
Remunerações do pessoal	102 908	98 452
Encargos sobre remunerações	21 867	20 915
Seguro acidentes trabalho	5 489	6 542
Outros	645	771
	137 536	133 307

O número médio de empregados ao serviço da Fundação no exercício de 2015 foi de 5.

24. Aumentos/reduções de justo valor

A rubrica de aumentos/reduções de justo valor é analisada como segue:

Descrição	2016	2015
Ganhos por aumento de justo valor	87 900	104 214
Perdas por reduções de justo valor	(74 257)	(98 463)
	13 643	5 751

25. Outros rendimentos e ganhos

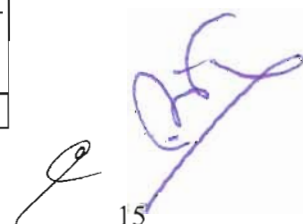
A rubrica de outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	2016	2015
Rendimentos e ganhos em investim.nao financeiros	42 231	21 552
Outros	61 990	3 649
Correcções exercício anteriores	1 408	-
	105 629	25 201

26. Outros gastos e perdas

A rubrica de outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	2016	2015
Impostos	4 046	8 327
Gastos e perdas nos restantes invest. Financ.	1 917 382	-
Outros	63 075	8 912
	1 984 503	17 239

27. Juros e Rendimentos similares recebidos

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

Descrição	2016	2015
Depósitos bancários	80 822	7 341
Obrigações	12 924	6 157
Outros juros	-	533
Dividendos obtidos	-	6 175
	93 746	20 205

28. Juros e Gastos similares suportados

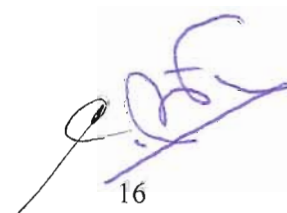
A rubrica de Juros e Gastos similares suportados é analisada como segue:

Descrição	2016	2015
Juros de financiamento	439	8 476
Outros	270	316
	710	8 792

29. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do nº5 do artº66 do Código das Sociedades Comerciais.

16

30. Informações exigidas por diplomas legais

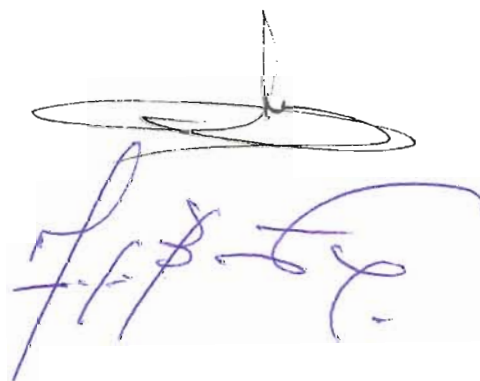
A Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artº209º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, informa-se que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, não existindo qualquer acordo de pagamento prestacional.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

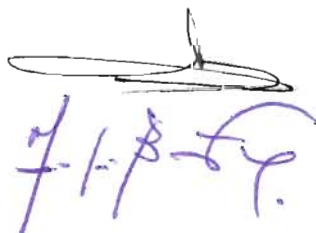


FUNDAÇÃO STANLEY HO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	2016	2015
Vendas e serviços prestados	186.042,11	302.729,66
Custo das vendas e dos serviços prestados	(130.045,76)	(166.928,99)
Resultado bruto	55.996,35	135.800,67
Outros rendimentos	269.386,72	104.200,96
Gastos de distribuição	0,00	0,00
Gastos administrativos	(600.151,47)	(239.006,43)
Gastos de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00
Outros gastos	(2.416.428,11)	(323.584,12)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(2.691.196,51)	(322.588,92)
Gastos de financiamento (líquidos)	(709,63)	(8.792,14)
Resultados antes de impostos	(2.691.906,14)	(331.381,06)
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00
Resultados líquido do período	(2.691.906,14)	(331.381,06)

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado



FLUXOS DE CAIXA DA FUNDAÇÃO STANLEY HO
Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2016

	2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	193.179,47	214.874,47
Pagamentos a fornecedores	(599.615,39)	(271.849,51)
Pagamentos ao pessoal	(137.536,47)	(130.861,14)
Caixa gerada pelas operações	(543.972,39)	(187.836,18)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(16.331,08)	28,04
Outros recebimentos/pagamentos	(1.855.671,75)	59.417,53
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(2.415.975,22)	(128.390,61)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(557.838,33)	556.822,91
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	0,00	(4.228,54)
Outros activos		
Subtotal	(557.838,33)	552.594,37
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	42.230,65	100,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	60.062,67	21.451,67
Outros activos	7.382.208,88	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	3.360,03
Juros e rendimentos similares	63.398,04	6.284,08
Dividendos		
Subtotal	7.547.900,24	31.195,78
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	6.990.061,91	583.790,15
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações	0,00	2.500,00
Outras operações de financiamento		
Subtotal	0,00	2.500,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	(136.000,00)
Juros e gastos similares	(709,63)	(8.770,18)
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Subtotal	(709,63)	(144.770,18)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	(709,63)	(142.270,18)
Variação de caixa e seus equivalentes		
(4) = (1) + (2) + (3)	4.573.377,06	313.129,36
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.062.555,73	749.426,37
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.635.932,79	1.062.555,73

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração




FUNDAÇÃO STANLEY HO

Anexo à Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2016

	2016	2015
Numerário	222,65	255,96
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	26.515,59	29.905,57
Equivalentes a caixa		
Depósitos a prazo	5.040.000,00	625.000,00
Outras disponibilidades		
Outros Instrumentos Financeiros	569.194,55	407.394,20
TOTAIS	5.635.932,79	1.062.555,73



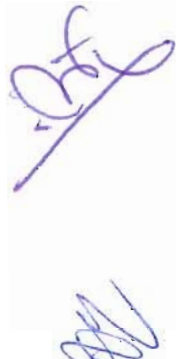
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO FUNDO DE CAPITAL NO PERÍODO 2015

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Fundos	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Doações Diversas	Resultado líquido do período	Montantes expressos em EUROS (sem decimais)		
													TOTAL	Interesses minoritários	TOTAL do Fundo de Capital
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	6	551.521						(4.234.845)			18.353.023	(247.268)	14.422.431		14.422.431
Alterações do período:															
Primeira adopção do referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de dem. financeiras															
Realização do exced. revalor. AFT e AI															
Exced. revalor. AFT e AI e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no fundo de capital								(247.268)			2.500	247.268	2.500		2.500
Resultado líquido do período	7							(247.268)			2.500	247.268	2.500		2.500
Resultado integral	8 9 = 7+8											(331.381)	(331.381)		(331.381)
Operações com detentores de Fundo Capital:												(84.113)	(328.881)		(328.881)
Realizações de fundos															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	10 6+7-8+10	551.521						(4.482.113)			18.355.523	(331.381)	14.093.549		14.093.549



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO FUNDO DE CAPITAL NO PERÍODO 2016

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Montantes expressos em EUROS (sem decimais)													
		Fundos	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Doações Diversas	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses minoritários	TOTAL do Fundo de Capital
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	551.521						(4.482.113)			18.355.523	(331.381)	14.093.550		14.093.550
Alterações do período:															
Primeira adopção do referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de dem. financeiras															
Realização do exced. revalor. AFT e AI															
Exced. revalor. AFT e AI e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no fundo de capital								(331.381)				331.381	(-)		(-)
Resultado líquido do período	7							(331.381)				331.381	(-)		(-)
Resultado integral	8											(2.691.906)	(2.691.906)		(2.691.906)
	9 = 7+8											(2.360.525)	(2.691.906)		(2.691.906)
Operações com detentores de Fundo Capital:															
Realizações de fundos															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	10 6+7+8+10	551.521						(4.813.494)			18.355.523	(2.691.906)	11.401.644		11.401.644





FUNDAÇÃO
Stanley Ho

RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

**EXMA. ADMINISTRAÇÃO
FUNDAÇÃO STANLEY HO
EDIFÍCIO PEDRO ÁLVARES CABRAL
DOCA DE ALCÂNTARA (Norte)
1350-352 LISBOA**

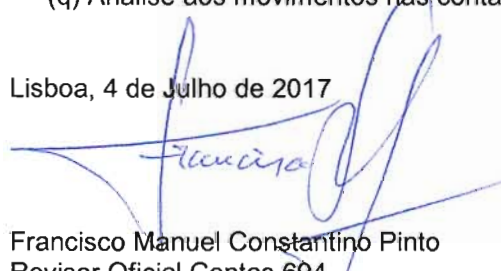
RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

Exmos. Senhores,

1. O presente relatório é emitido na sequência do trabalho desenvolvido relativamente à Revisão às Contas de 2016.
2. Procedi à revisão legal das contas dessa empresa relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade que considerei necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efetuado emiti a Certificação Legal de Contas, cujo conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido.
3. No decorrer do exercício acompanhámos a atividade da Fundação, através da informação contabilística e da respectiva documentação de suporte, através dos serviços, assim como pelo trabalho desenvolvido sobre as demonstrações financeiras.
4. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspectos, o seguinte:
 - (a) Acompanhamento da atividade e gestão da empresa, e reuniões com os responsáveis, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerei necessários;
 - (b) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Empresa e que se encontram divulgadas no Anexo;
 - (c) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos que lhes servem de suporte.
 - (d) Análise do sistema de organização da empresa, com vista ao planeamento do âmbito e extensões dos procedimentos de auditoria, tendo sido efectuados os testes de controlo apropriados;
 - (e) Realização dos testes substantivos, que considerei adequados em função da materialidade dos valores envolvidos;
 - (f) Análise, conferência das reconciliações bancárias e da resposta à circularização bancária dos saldos a 31 de Dezembro.
 - (g) Solicitação ao advogado e outras entidades de informações e saldos a 31 de Dezembro, responsabilidades, litígios, acções judiciais pendentes, reclamações e impugnações fiscais;

- (h) Análise aos movimentos e saldos das contas a receber e a pagar;
- (i) Verificação da situação fiscal e análise aos movimentos e saldos das contas do Estado e Outros Entes Públicos;
- (j) Tal como vem sendo referido em anos anteriores, foi concedido no ano de 2008 à Fundação um empréstimo de 500.000,00 euros pelo Dr. Stanley Ho que ainda não se encontra formalizado por contrato.
- (k) No âmbito da redução de capital social da Mundinter, procedeu-se a uma redução da participação em cerca de 60.173,57 euros, por consequência deu origem a uma reversão de imparidades constituídas no montante de 4.117,44 euros.
- (l) Foi considerado na rubrica de Acréscimos de Rendimentos em 2015 o montante de 252.510 euros, referente às rendas a receber da Empresa Hospalis – Hospital Particular de Lisboa. Como referido no Relatório de Gestão, esta empresa apresentou-se à falência e encontra-se em situação de liquidação judicial, sendo a fundação considerada pelo tribunal como credora da massa falida. A entrega à Fundação dos edifícios devolutos, situado na Av. Luís Bivar, em Lisboa ocorreu no 1.º Trimestre de 2015, tendo sido alienados no dia 12 de Novembro de 2015 à Sociedade JPPAR, Lda. A venda dos edifícios e a correspondente escritura publica ocorreu no dia 11 de Março de 2016 com o recebimento da última parcela em dívida, dando origem a uma menos-valia contabilística de 1.857.208,88 euros.
- (m) Foram calculados os Custos Estatutários a atribuir aos herdeiros contabilizados como valores a pagar nas contas 2789. Neste exercício só foram contemplados 3 herdeiros por os outros terem atingido a maioridade. Recordo, que como inicialmente defendi nos primeiros anos da afetação destes valores, a Fundação deveria pedir um Parecer Fiscal Vinculativo à Administração Fiscal sobre o tratamento em sede de IRS dos referidos valores, pois, salvo melhor opinião, quando os valores são contabilizados em cada uma das contas dos beneficiários deveriam ser sujeitos a retenção de IRS. Não tendo sido esse o tratamento até à presente data, deve sê-lo quando do seu pagamento.
- (n) Análise aos movimentos e saldos das contas do ativo fixo e depreciações praticadas;
- (o) Análise e testes dos vários elementos de gastos e rendimentos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
- (p) Análise aos cálculos da estimativa dos impostos diferidos e do IRC a pagar;
- (q) Análise aos movimentos nas contas de fundos patrimoniais;

Lisboa, 4 de Julho de 2017


Francisco Manuel Constantino Pinto
Revisor Oficial Contas 694